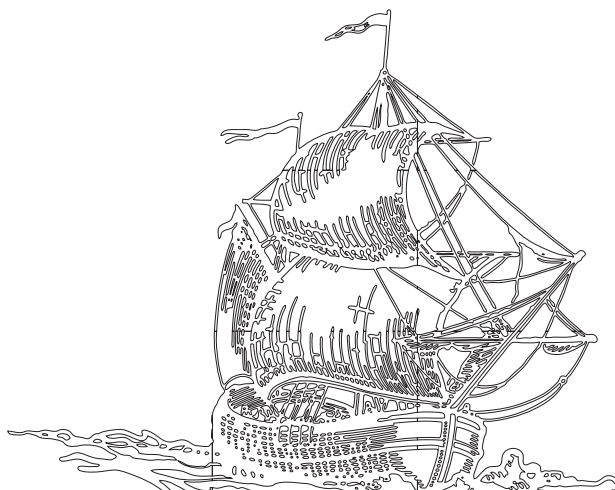


APRESENTAÇÃO



Este livro/coletânea, antes de qualquer coisa, quer se converter em um momento de celebração: celebrar os 20 anos do grupo de pesquisa PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa) e, ainda, o privilégio de ter entre nós a Professora Therezinha Maria Mello Barreto. Duas histórias e várias estórias, mesmo que breves, mesmo que entrelaçadas, devem ser narradas. Primeiro a do PROHPOR e, para o seu início, nada mais natural do que dar voz à sua fundadora:

Olhando de hoje para o passado, vejo que a semente do que viria a ser o Grupo de Pesquisa ‘Programa para a História da Língua Portuguesa’ (PROHPOR) está certamente na minha formação acadêmica da década de cinquenta para sessenta, quando, licencianda em Línguas Anglo-germânicas, tive uma coesa preparação, dirigida pelo Mestre Nelson Rossi, na Lingüística de orientação histórica, que dominou a cena dos cursos de Letras no Brasil até a década de sessenta, em que História da Língua, Filologia e Dialectologia constituíram a base da minha preparação profissional para o futuro. Ao finalizar a Licenciatura, na 4^{ffi}. Série, em 1961, o nosso grupo de colegas realizou um trabalho coletivo, sob a orientação de Nelson Rossi, que resultou na edição crítica do *Livro das Aves*, publicada em 1965 pelo Instituto Nacional do Livro.

Partindo para o Mestrado – primeiro Mestrado na área de Letras no Brasil, na Universidade de Brasília, ainda em processo de construção – escolhi como tema de Dissertação a edição do Segundo *Livro dos Diálogos de São Gregório: biografia de São Bento*, concluída em 1965. Ambos esses textos trecentistas pertenciam e pertencem ao conjunto de manuscritos medievais adquiridos por Serafim da Silva Neto em Portugal e trazidos para o Brasil. Ao decidir fazer o Doutorado na USP em 1971, optei por completar a edição dos *Quatro livros dos Diálogos de São Gregório*, na sua versão medieval mais antiga conhecida, a do século XIV.

Desde então o meu objetivo final não era fazer Filologia, no sentido de “editar textos”, mas, a partir de edições, pensar e observar o processo de constituição histórica da Língua Portuguesa. Nessa orientação é que preparei o que se tornou o livro *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*, publicado em 1989 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda de Lisboa. Esse trabalho, iniciado em 1968, a partir de listagens mecanográficas, não eletrônicas, realizadas no antigo Centro de Cálculo Científico da Fundação Calouste-Gulbenkian de Lisboa, só veio a estar concluído em 1982 e publicado em 1989.

Entre 1960 e 1980, a Lingüística Brasileira se concentrou, hegemonicamente, nos estudos sincrônicos das línguas, especialmente da língua portuguesa e do português brasileiro. Com o retorno, na década de oitenta, aos estudos histórico-diacrônicos, com renovadas orientações, no Brasil, sobretudo pela via da *Teoria da Variação e Mudança* laboviana, da *Teoria Paramétrica* chomskiana e ultimamente dos estudos funcionalistas que tratam da gramaticalização, um novo interesse começou a ser despertado entre alguns linguistas e pós-graduandos no Brasil, sobretudo em busca de interpretações históricas para o português brasileiro e suas diferenças em relação ao português europeu.

Tendo permanecido fiel aos estudos de natureza histórica, isto é, a partir de dados datados e localizados, mesmo que de natureza sincrônica – trabalhei com dados de pesquisa de campo feita sobre o português dos índios kamayurá (cf. o livro *Sete estudos sobre o português Kamayurá*, Salvador: CED-UFBa, 1988); entre 1973 e 1979 fui pesquisadora da equipe do projeto NURC-Bahia, mas, só ao findar os anos oitenta, apesar de que, desde 1976, orientasse dissertações de Mestrado, sempre sincrônicas, tive a primeira orientanda que estava motivada para os estudos histórico-diacrônicos. Logo depois surgiram outros e, assim, a possibilidade de se organizar um Grupo de Pesquisa que seguisse a linha registrada no Departamento de Letras Vernáculas do Instituto de Letras da UFBa e na Pós-graduação em Letras e Lingüística de nosso Instituto, a da “Constituição histórica da língua portuguesa”. Surgiu, então, em finais de 1990, o núcleo inicial do PROHPOR (MATTOS E SILVA, 2003, p. 30-31).

Palavras alongadas para uma *Apresentação*, admite-se, mas, de propósito, não se retirou uma vírgula do que expõe Mattos e Silva, porque a sua fala revela que o grupo de pesquisa PROHPOR não saiu do nada ou quase nada.

O núcleo inicial do PROHPOR, em finais de 1990, era formado, para além de Rosa Virgínia Mattos e Silva, por Therezinha Maria Mello Barreto, Sônia Bastos

Borba Costa e Maria do Socorro Sepúlveda Neto, cinco integrantes portanto. Já em 1991, integram-se ao grupo Ilza Ribeiro, Tânia Lobo, Sílvia Rita Olinda e Dante Lucchesi, oito componentes portanto; cabe assinalar, só por curiosidade mesmo, que foi Dante Lucchesi quem propôs a sigla. “Olhando de hoje para o passado”, será que, para a criação da sigla, guiou Dante Lucchesi apenas a combinação de sons, agradáveis aos ouvidos, e que resultaria numa palavra fácil de ser fixada, ou, do passado, já entrevia o futuro, no sentido de intuir o que o PROHPOR poderia propor? O fato é que, de posse de um texto programático, esses oito pesquisadores pedem, em 1991, o primeiro auxílio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ), o que veio a ser concedido no ano seguinte e, desse modo, para as instâncias oficiais, o PROHPOR se estampava.

Definido nesse texto programático o objetivo geral do PROHPOR, que ainda o norteia – o estudo da constituição histórica da língua portuguesa, tendo como arco temporal para a pesquisa o período arcaico, do século XIII a meados do XVI, e, a partir do século XVI, infletindo para o estudo do português brasileiro em perspectiva histórica, quatro campos de ação foram definidos:

- a. Estudos de mudanças linguísticas ocorridas, do período arcaico em direção ao presente, tendo como referência atual o português brasileiro, isto é, num recorte histórico que vai da primeira fase da língua portuguesa em direção à variante brasileira;
- b. Preparação teórica e metodológica contínua de seus pesquisadores;
- c. Constituição de um banco informatizado de dados sobre o qual se fundamentarão as análises linguísticas nos níveis morfossintático e lexical da língua portuguesa na sua história;
- d. Estudos de fontes históricas para a compreensão e interpretação da formação sócio-histórica do diversificado português brasileiro

Passados vinte anos, o PROHPOR, hoje, tornou-se referência, nacional e internacional, na área de Linguística Histórica, prestígio que foi tão bem sintetizado, em reunião, numa fala da Professora Eneida Leal Cunha, quando coordenadora da Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia: “No Brasil, todo mundo sabe, se quer estudar Linguística Histórica, tem que ser na Bahia” e, também, em diversas ocasiões em que o reconhecido linguista brasileiro, Ataliba de Castilho, diz estarem as raízes do *Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro* (PHPB), que congrega equipes regionais de vários estados brasileiros, no PROHPOR. Mas isso tem a sua razão de ser: muito trabalho, muito compromisso e, sobretudo, como diz a fundadora e coordenadora do Grupo, gostar do que faz

e ter em si a ideia de que “o trabalho coletivo em grupo é interenriquecedor, não só por desenvolver uma solidariedade exigente, mas, sobretudo, por permitir o intercâmbio fraterno entre os saberes de cada um, o que, necessariamente, multiplica e favorece o trabalho coletivo do Grupo” (MATTOS E SILVA, 2003, p. 38).

“Vinte anos não são vinte dias” e, sendo assim, transformações, continuidades e descontinuidades aconteceram, nada mais natural, aliás. Mas o empenho na constituição histórica da língua portuguesa, esse é um objetivo que continua mais vivo do que nunca. Daquele grupo inicial, desvincularam-se, por terem sido captados por outros interesses, Maria do Socorro Sepúlveda Netto, Sílvia Rita Olinda e Dante Lucchesi, esse último para formar o seu próprio grupo de pesquisa dentro do Instituto de Letras, o *Vertentes*. Por outro lado, diversos pesquisadores, ao longo desse tempo, também foram captados pelo interesse em desvelar as malhas linguísticas do português em perspectiva diacrônica. Cadastrado no diretório de grupos de pesquisas do CNPQ, lá está o PROHPOR com mais de setenta membros, hierarquizados em pesquisadores e estudantes, porém essa hierarquia é necessidade do sistema, porque dentro do Grupo “todos são iguais perante a lei”, a lei do trabalho solidário, a lei do intercâmbio entre os saberes de cada um...

Porém, há uma outra “lei” bastante prezada dentro do Grupo e que diz respeito exatamente a esses saberes. Com tantos membros a si vinculados, conseqüentemente são bastante diversificados os saberes que transitam pelo PROHPOR. Sendo assim, tem-se um quadro de pesquisadores que, a depender da sua formação, se orientam pelo Estruturalismo, pelo Gerativismo, pela Sociolinguística, pelo Funcionalismo, além daqueles que se voltam para o que costumeiramente se costuma designar de história externa e dos que se dedicam à edição de textos, porque a Filologia, dentro do Grupo, sempre teve um “cantinho de seu”. Que isso não seja interpretado, no entanto, como uma espécie de “tudo vale”. Retenha-se, mais uma vez, nas palavras da fundadora do Grupo:

Definimos também nesse texto inaugural – e mantivemos – que não pesquisáramos no âmbito de uma única teoria e metodologia da Linguística Histórica, mas que, sem ser ecléticos, cada projeto poderia definir o modelo teórico a seguir, a depender da natureza do problema estudado e do interesse teórico e da formação do pesquisador envolvido no seu projeto. Decidimos, contudo, que qualquer projeto que envolvesse análise linguística deveria ter uma base descritiva dos dados do *corpus* escolhido, uma vez que, como sabemos, a morfossintaxe e sintaxe histórica do português eram e ainda são pouco conhecidas, sendo, a nosso ver, a base descritiva um ponto de partida essencial em nosso trabalho e informação organizada para outros pesquisadores por isso interessados.

É certo que há muito trabalho por fazer, mas é certo também que, com o já feito no PROHPOR, seja através de projetos individuais, de projetos coletivos, de dissertações de mestrado, de teses de doutorados, a morfossintaxe e a sintaxe histórica do português, para além de outros níveis gramaticais, ganharam, sob prismas diferenciados, algumas luzes.

Este livro, para além da homenagem aos 20 anos do grupo Prohpor, é dedicado a uma de suas integrantes dos primeiros momentos. Therezinha Barreto entrou para a Universidade Federal da Bahia em 1977, como professora colaboradora. Em 1989, assume a função docente como servidora pública da Universidade, onde permanece até os dias de hoje, como pesquisadora e professora da pós-graduação, mesmo já aposentada desde 2007. Possui graduação em Letras Neolatinas pela Universidade Federal da Bahia (1959), especialização em Teoria da Linguagem pela Universidade de Fortaleza (1979), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em *Master of Arts* pela Michigan State University (1964) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1999). Dedicamos, então, à homenageada dois textos que abrem esta coletânea.

Para Therezinha Barreto, José Amarante e Klebson Oliveira, no lugar de alunos, lhe dedicam algumas *Anotações lexicais da docência: ou sobre como, com mestres, aprender a ser mestre*. Aposentada desde 2007, Therezinha Barreto ainda continua pelos espaços das Letras, orientando, pesquisando, ensinando em turmas de pós-graduação. Nesse texto, os autores controem sua homenagem, em nome dos demais membros do Grupo, valorizando o aspecto profissional invejável de Therezinha Barreto: a docência. Assim, inspirados pela lição da grande e reconhecida mestra, revisitam sentidos ligados ao ato de ensinar que se tornam opacos e passam despercebidos a muitos. Como se diz no texto, é uma forma de, dado o chegar das aposentadorias, permitir aos novos alunos o reconhecimento do modelo de professora em seu sentido mais profundo. Certamente muitos não a terão mais como professora ou como orientadora de pesquisas, mas sua lição permanece e ainda aquece o coração das Letras.

Já Rosa Virgínia Mattos e Silva, no trabalho *Entre trevas e luzes, Deus e o Diabo: a Idade Média nas Cantigas de Santa Maria*, mergulha no universo das cantigas medievais e oferece à nossa “Fror das frores” um buquê com “rosas” e “espinhos”. A autora, antes de entrar nas *Cantigas de Santa Maria*, cantigas de narrativas de milagres de Santa Maria e “loor” à referida Santa, contextualiza a Idade Média, embasada no historiador francês Jacques Le Goff. O medievalista Le Goff discorda que a Idade Média seja a “Idade das trevas”, mas, sim, afirma que se trata de um período pleno de contradições: cristãos *versus* mouros, cristãos *versus* judeus, cari-

dade *versus* exclusão, Deus *versus* Diabo, saúde *versus* doença, contradições, todas essas, refletidas nas *Cantigas de Santa Maria*, do sábio Afonso X, de Leão e Castela.

A PARTE I – ESTUDOS MORFOLÓGICOS, SINTÁTICOS E MORFOS-SINTÁTICOS compõe-se de oito estudos.

Juliana Soledade, em *O sinmorfismo e os doublets no português arcaico*, lança um olhar sobre a configuração do paradigma sufixal nominal da língua portuguesa no período arcaico, do século XIII ao XVI, a partir de um levantamento de quatro mil palavras derivadas, recolhidas em *corpus* representativo desse período histórico da língua; dedica-se à análise de aspectos semânticos pouco explorados nos estudos morfolexicais, como o *sinmorfismo*, e à variação de uso de sufixos que se verifica nos chamados *doublets* mórficos. Seu texto traz reflexões acerca dos conceitos de sinonímia e sinmorfismo, bem como a caracterização daquilo que se entende por *doublets* mórficos. Para cada um desses fenômenos, apresenta exemplos exaustivos de sua recorrência nos dados levantados para a descrição dos processos sufixais no português arcaico.

Explorar sobre a origem dos artigos na língua portuguesa, argumentando em favor da tese do desenvolvimento em contraposição à ideia do surgimento desses itens, por considerar serem eles resultado de ganhos morfológicos não-encaixados é o que se propõe Alex Batista Lins em *Do latim ao português: a origem dos artigos*. Busca-se ainda esboçar uma melhor compreensão sobre a periodização do latim, a fim de auxiliar na descrição do percurso histórico dos artigos até o português. Por fim apresenta uma discussão do tratamento desses itens na ótica dos principais gramáticos dos séculos XX e XXI, que, em geral, seguem as diretrizes normativistas, sem efetuarem menção ao caráter funcional e semântico dos artigos.

Joalêde Gonçalves Bandeira, no trabalho *O pretérito mais-que-perfeito simples e composto no português europeu e brasileiro dos séculos XVII ao XIX*, tem como foco, já anuncia o título, o estudo do pretérito mais-que-perfeito simples do modo indicativo no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE) nos séculos XVII, XVIII e XIX; analisa o emprego do referido tempo verbal no português brasileiro, em confronto com o português europeu, dectetando possíveis contextos linguísticos propícios ao emprego do mais-que-perfeito simples. Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se de *corpora* escritos do século XVI ao século XX, compostos por cartas tanto pessoais quanto oficiais.

A sintaxe dos clíticos no português europeu (PE) apresenta pontos conflitantes no que tange ao século XVII. A sua análise em um gênero textual não-literário, manual de cozinha, pode contribuir para datar a mudança do padrão proclítico, quase que absoluto no século XVI, para o padrão enclítico, vigente no PE contemporâneo. Através do modelo teórico-metodológico da sociolinguística, Nilzete

Rocha examinou a colocação pronominal no livro *Arte de cozinha*, primeiro livro de cozinha impresso em Portugal, em 1680. O resultado desta análise é apresentado no capítulo *O século XVII e os clíticos na Arte de Cozinha*.

Em *Formas de uso do onde e localizadores por professores primários na província da Bahia na segunda metade do século XIX*, Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Noemi Pereira de Santana apresentam resultados de pesquisa sobre os localizadores – *Onde* e correlatos, *Que* e o *Qual* preposicionados – em correspondências de professores primários, na Bahia, nos anos 1880 e 1881, com o objetivo de investigar a norma evidenciada na sua escrita. Partindo de um estudo do perfil sócio-histórico em que denunciam a precariedade da formação desses professores, os dados foram analisados e comparados com o que está prescrito em gramáticas dos séculos XIX e XX e, também, valeram-se de estudos descritivos sobre o tópico em questão. Considerando os localizadores como sistemas variáveis e verificando-se a frequência de uso e seus valores, buscam as autoras estabelecer qual a norma de uso dos localizadores desses professores: se estão em consonância com o padrão normativo de caráter luzitanizante, ainda em vigor em fins do século XIX, ou se já se podem entrever empregos típicos do português brasileiro.

Apresentar os papéis temáticos Agente e Paciente, propondo uma caracterização dessas noções em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas, com base em dados da língua portuguesa é o propósito de Mariana Fagundes de Oliveira no trabalho *Caracterização dos papéis temáticos agente e paciente em propriedades semânticas prototípicas e não-prototípicas*. Trata-se de um estudo de Semântica Lexical, numa abordagem representacional ou mentalista, operando com o conceito de prototipicidade. São propostos dois tipos de Agente: Agente prototípico e Agente afetado, e três tipos de Paciente: Paciente prototípico, Paciente experienciador e Paciente agentivo, num *continuum* que vai do Agente e do Paciente mais prototípicos ao Agente e ao Paciente menos prototípicos, considerando seis propriedades semânticas: desencadeador, controle, intenção, causa, afetado e experienciador.

Em *Relações entre itens adverbiais e conjuncionais na história do português*, Sônia Bastos Borba Costa evoca, considerando os pressupostos da Teoria da Gramaticalização, de base teórica funcionalista, o *cline* morfossintático proposto por Heine *et alii* (1991), que preconizam processo de mudança denominado descategorização, visto como a perda de categorialidade de um item lexical, geralmente um nome ou um verbo, supostamente categorias-fonte do processo, na direção da aquisição de traços gramaticais específicos da nova classe que o item passa a integrar, etapa denominada *recategorização*, seguindo um caminho que parte do mais proposicional para o mais relacional. Mais especificamente, o trabalho confronta dados e reflexões das teses de Doutorado de Barreto (1999) e Costa (2003),

tentando estabelecer: a) dentre as formas conjuncionais levantadas por Barreto, as que têm, na sua história, alguma ligação com adverbiais latinos ou portugueses; b) quais as formas adverbiais levantadas por Costa que avançaram no *continuum* morfossintático, tornando-se itens conjuncionais simples, locuções ou correlações conjuncionais; c) ainda que não se trate da mesma *forma*, quais das fontes lexicais dos adverbiais levantados por Costa vieram a constituir itens conjuncionais.

Concebendo a existência do *continuum* sintagma livre > composto sintagmático > aglutinado, Antônia Vieira dos Santos, em *Do composto sintagmático ao lexema aglutinado: consequências morfológicas e sintáticas*, aborda mudanças morfológicas e sintáticas – notadamente o deslocamento da flexão (marcação de gênero e número) e a formação de derivados –, que se processam na passagem de um composto sintagmático para um lexema aglutinado. São consideradas, para análise, as estruturas *fidalgo* e *ricome* (e respectivas formas não aglutinadas e derivadas), recolhidas de textos arcaicos pertencentes a períodos compreendidos entre o século XIII e as primeiras décadas do século XVI.

Na PARTE II, sob o rótulo ESTUDOS SOBRE HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA NO BRASIL, 5 estudos foram convocados.

José Amarante, no capítulo *Esboço para uma História Social do Latim no Brasil: construindo uma periodização – Episódio I: período colonial*, apresenta uma periodização para a história do latim no Brasil, centrando-se na observação dos usos da língua no período do monopólio da vertente religiosa no ensino, dividido em duas fases: a fase “heroica”, marcada por uma pedagogia “brasílica”, organizada por Nóbrega, e a fase institucional da pedagogia jesuítica, marcada pela promulgação do *Ratio Studiorum*, por orientações de caráter institucional e geral da Ordem dos Jesuítas. Com o objetivo de propor um delineamento da história social do latim no Brasil no período, apresenta resultados observados em relação aos discursos sobre o ensino, valendo-se de fontes primárias, tais como as *Cartas dos Jesuítas*, as *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares* e o *Ratio Studiorum*, por onde buscou verificar o que se propôs de leitura e escrita do latim no período colonial.

No texto *Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos*, Tânia Lobo e Klebson Oliveira analisam o conjunto de depoimentos prestados e assinados perante o Santo Ofício, constantes do *Primeiro Livro das Confissões*, produzido na primeira visita feita à Bahia, em 1592/1593. Este estudo – parte integrante de um projeto mais amplo, que investiga a história da alfabetização e as práticas de leitura e escrita na sociedade colonial com base no conjunto das fontes inquisitoriais relativas ao Brasil – recua à Bahia de final do século XVI, com o objetivo central de aplicar criticamente o chamado “método de cômputo de assinaturas”, indicador que, apesar de macroscópico, tem permitido instigantes

aproximações sobre aspectos censitários da alfabetização em sociedades do Antigo Regime. Cruzando o binômio assinante *versus* não assinante com as variáveis sexo, origem do depoente, condição religiosa e categoria socioprofissional, os autores desenham um quadro aproximativo, nos primórdios da colonização da Capitania da Bahia, de como andava a *faculdade das letras*.

No trabalho *Escolarização de aldeados no Brasil dos séculos XVII e XVIII e produção escrita indígena*, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro persegue práticas de escrita de indígenas através de referências encontradas na historiografia brasileira. Trata, de forma específica, do contexto de transformação de aldeamentos em vilas durante a implantação do Diretório Pombalino como um dos contextos que pode ter propiciado uma prática de escrita por indígenas aldeados, tomando como exemplo o caso do aldeamento do Espírito Santo, quando da sua transformação na Vila de Abrantes, a partir da documentação arrolada como *Dossiê sobre aldeamentos e Missões indígenas/1758-1759* (APEB, Maç. 603), onde estão relacionados os índios de Abrantes (Cad. 01) que sabiam ler e escrever “muito mal” e que assumiram cargos nessa vila, tais como Pedro dos Reis, Jerônimo Xavier (nomeado escrivão da Câmara), Francisco Xavier (nomeado para escrivão da vara de Alcaide), Francisco, Antônio Borges, Apolinário Fernandes e Jerônimo de Albuquerque. Cogita, ainda, se tal situação poderia ter ocorrido nos sertões da Bahia Colonial com outros aldeamentos que passaram à vila, tais como Soure, Pombal, Mirandela, etc.

No texto *Cartas de amor no século XX: tradição e inovação no discurso epistolográfico*, Ana Sartori Gandra aborda práticas de letramento relacionadas à leitura e à escrita epistolar, analisando tradições discursivas em cartas de amor do século XX. A análise de tais tradições discursivas passa por um olhar sobre manuais epistolares publicados no Brasil e na Espanha, de regras e convenções para a escrita que se veem nos modelos de cartas presentes nesses manuais, e chega à abordagem de cartas escritas e lidas por ‘pessoas comuns’ na Bahia, do início a meados do século XX, nas quais se pode ver ainda algo da tradição dos manuais epistolares, mas muito também de informalidade e improvisação, sobretudo nas manifestações gráficas já da metade do século.

André Moreno, autor do capítulo *Segredos revelados, mas não violados: as escritas litúrgicas das “gentes de santo”*, busca demonstrar a existência de uma vasta e complexa produção escrita no âmbito litúrgico dos candomblés. Para isso, mapeia as manifestações gráficas de uma ebômim do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá levando em conta a pletora hierárquica e a lógica do aprendizado mítico-experimental desses espaços. Revela, diante disso, que as escritas litúrgicas dos candomblés são espelhos de sua configuração sacerdotal, baseando-se em seu conteúdo informacional e suas funcionalidades.

Fechando esta coletânea, apresentam-se 4 trabalhos, enfeixados sob o rótulo PARTE III – OUTROS ESTUDOS.

Anielle Souza de Oliveira, no capítulo *Análise de itens lexicais no Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*, apresenta, como objetivo principal, o questionamento das considerações feitas em relação ao termo “deverbal” na língua portuguesa. Apresenta uma discussão acerca de posicionamentos diversos sobre os substantivos originados de verbos presentes no Vocabulário da *Carta de Caminha*, elaborado pelo professor Sílvio Batista Pereira e pertencente à coleção organizada e dirigida por Antônio Geraldo da Cunha. Além da abordagem morfológica da produção, a autora leva em conta a etimologia, para dar conta, nesse caso, das controversas perspectivas adotadas pelos teóricos na categorização geral e, mais especificamente, dos itens lexicais presentes no *corpus*.

O que escrevem sobre os prenomes de brasileiros: leituras de José Pedro Machado, capítulo de autoria de Aurelina Ariadne Domingues Almeida, analisa, sob uma perspectiva metalexiconográfica, os prenomes de brasileiros constantes do *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, organizado por José Pedro Machado (2003). Tecem-se considerações acerca desse dicionário, das suas fontes, da seleção dos prenomes de brasileiros que constituem a sua macroestrutura, para examinar os verbetes selecionados, de tal sorte que são dadas informações a respeito dos usos e da formação desses itens onomásticos. Além disso, a autora discorre sobre questões atinentes à pronúncia, à escrita, à morfologia e à etimologia desse conjunto lexical selecionado.

No texto *A língua geral da Amazônia como um sistema historicamente novo: jesuítas e tapuias na origem do contexto com interrupção de transmissão linguística entre gerações*, Wagner Argolo trata do processo de formação da *língua geral* da Amazônia, antecedente histórica do atual *nheengatu*. Utilizando-se da análise de dados históricos relativos aos aldeamentos jesuítas amazônicos, formados entre os séculos XVII e XVIII, e do aparato teórico da *Transmissão Linguística Irregular*, apresenta argumentos que indicam um processo de *pidginização/crioulização* do *tupinambá*, imposto pelos jesuítas a um grande contingente de índios *tapuias*, falantes de línguas tipologicamente muito distintas das línguas do Tronco Tupi, resultando na formação de uma língua historicamente nova: a *língua geral* da Amazônia.

O linguista: abá-pe aîpó?, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, que fecha esta coletânea, é **texto vencedor do Concurso Nacional O que é ser linguista**, promovido pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), no ano de 2001. *Abá-pe aîpó* significa, em tupi, ‘quem é esse’ e, como o próprio subtítulo denuncia, busca, em linhas gerais, mostrar o percurso inicial de formação do linguista brasileiro no novo cenário que começa a se descortinar nos estudos das letras a partir

da década de 1960, no Brasil, e seus posteriores desdobramentos. É, em suma, uma modesta contribuição para a historiografia da linguística nacional.

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Klebson Oliveira

José Amarante

NOTA

Finalizada a organização deste livro, quando ele já se encontrava no prelo, fomos surpreendidos pela notícia do falecimento da Profffi Rosa Virgínia Mattos e Silva, uma das organizadores deste volume em homenagem à Profffi Therezinha Barreto. É, pois, este um de seus últimos trabalhos, dentre tantos outros em torno da incansável proposta de estudo da História do Português, realizados através do grupo de pesquisa que, junto a seus pares, fundou em princípio da década de 90: o PROHPOR. Além dos trabalhos da organização do livro, ela própria deixa seu texto aqui em homenagem a uma de suas colegas também fundadoras do grupo, Therezinha Barreto.

Em sua própria homenagem foi lançado o livro *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, com os trabalhos decorrentes do evento dedicado a ela: o *Rosae – I Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado em Salvador, nos dias de 26 a 29 de julho de 2009.

Há sempre uma palavra ou uma ideia que gostaríamos de ter dito a alguém que admiramos e a quem não podemos mais dizer nada. Entre tantos ditos amorosos e ternos que tivemos a oportunidade de a Rosa diretamente dedicar, deixamos registrado um aqui, hoje, em ausência, portanto – e infelizmente – em terceira pessoa:

Para Rosa Virgínia: porque nos ensinou que (muito, muito mesmo, e de verdade) conhecimento não tem nada a ver com arrogância.

Klebson Oliveira

José Amarante